



ATENÇÃO

- A Opção não está vinculada às organizadoras de Concurso Público. A aquisição do material não garante sua inscrição ou ingresso na carreira pública,
- Sua apostila aborda os tópicos do Edital de forma prática e esquematizada,
- Dúvidas sobre matérias podem ser enviadas através do site: www.apostilasopcao.com.br/contatos.php, com retorno do professor no prazo de até 05 dias úteis.,
- É proibida a reprodução total ou parcial desta apostila, de acordo com o Artigo 184 do Código Penal.



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.

COMO ACESSAR O SEU BÔNUS

Se você comprou essa apostila em nosso site, o bônus já está liberado na sua área do cliente. Basta fazer login com seus dados e aproveitar.

Mas caso você não tenha comprado no nosso site, siga os passos abaixo para ter acesso ao bônus:



Acesse o endereço apostilaopcao.com.br/bonus.



Digite o código que se encontra atrás da apostila (**conforme foto ao lado**).



Siga os passos para realizar um breve cadastro e acessar o **bônus**.



Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto	7
2. Tipologia e gêneros textuais	14
3. Figuras de linguagem	20
4. Figuras de linguagem	22
5. Significação de palavras e expressões. Relações de sinonímia e de antonímia	24
6. Ortografia.....	25
7. Acentuação gráfica.....	25
8. Uso da crase.....	26
9. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto. Locuções verbais (perífrases verbais)	27
10. Funções do “que” e do “se”	33
11. Elementos de comunicação e funções da linguagem	34
12. Domínio dos mecanismos de coesão textual: emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual; emprego de tempos e modos verbais. Domínio dos mecanismos de coerência textual	36
13. Reescrita de frases e parágrafos do texto: significação das palavras; substituição de palavras ou de trechos de texto; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade .	37
14. Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas na oração e entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação).....	38
15. Concordância verbal e nominal	40
16. Regência verbal e nominal.....	42
17. Colocação pronominal	43
18. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto.....	44
19. Função textual dos vocábulos.....	46
20. Variação linguística	46
21. Redação Oficial (manual de redação da presidência da república de 2018).....	47

Raciocínio Lógico

1. Resolução de problemas envolvendo frações, conjuntos	65
2. porcentagens	74
3. seqüências (com números, com figuras, de palavras)	76
4. Proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos	78

Noções de Informática

1. Conceitos e fundamentos básicos	101
2. Conhecimento e utilização dos principais softwares utilitários (compactadores de arquivos, chat, clientes de e-mails, reprodutores de vídeo, visualizadores de imagem, antivírus)	101
3. Conceitos básicos de Hardware (Placa mãe, memórias, processadores (CPU) e disco de armazenamento HDs, CDs e DVDs). Periféricos de computadores	106
4. Ambientes operacionais: utilização dos sistemas operacionais Windows 7 e Windows 10	108

5. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote Microsoft Office (Word, Excel e PowerPoint) – versões 2010, 2013 e 2016	116
6. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote LibreOffice (Writer, Calc e Impress) - versões 5 e 6..	173
7. Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet e Intranet, busca e pesquisa na Web, mecanismos de busca na Web. Navegadores de internet: Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome	178
8. Conceitos básicos de segurança na Internet e vírus de computadores	184
9. Aplicativos de GPS.....	186

Conhecimentos Gerais e Atualidades

1. Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Município de Vitória da Conquista - BA	191
2. Acontecimentos históricos e evolução do município de Vitória da Conquista - BA, sua subdivisão e/ou fronteiras	195

Noções de Administração Pública e Legislação Municipal

1. Desafios e perspectivas da Administração Pública Contemporânea	201
2. Gestão por competências na Administração Pública	202
3. Características, princípios e organização da Administração Pública	203
4. Modelos teóricos de Administração Pública.....	211
5. Evolução da Administração Pública no Brasil.....	213
6. Controle da Administração Pública	218
7. Lei Orgânica de Vitória da Conquista	224
8. Lei Complementar Nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011 - Dispõe Sobre O Regime Jurídico Único Dos Servidores Públicos Do Município De Vitória Da Conquista.....	249
9. Lei nº 1.760, de 27 de junho de 2011 - Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Município de Vitória da Conquista, e dá outras providências	270
10. LGPD	273
11. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências	286

Conhecimentos Específicos

Monitor Escolar

1. Educação e Sociedade	299
2. Políticas de atendimento às crianças e adolescentes em condições de risco: prostituição, abuso sexual, abrigados, exploração do trabalho	299
3. Prática sócio-educativa.	300
4. Tecnologias assistivas	300
5. Tecnologias inclusivas.	302
6. Redes de comunicação e processos de intervenção social	302
7. Pedagogia do Diálogo	303
8. Interdisciplinaridade e multidisciplinaridade	303

ÍNDICE

1. Atos administrativos (conceito, requisito, atributos, classificação, espécie e invalidação; anulação e revogação; prescrição) .	29
2. Contratos administrativos (disposições preliminares, formalização, alteração, execução, inexecução e rescisão)	39
3. Bens e serviços públicos.	54
4. Responsabilidade civil do Estado.	68
5. Admissão de Pessoal no Serviço Público, com base no Art. 37, da Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal. .	73
6. Gestão da qualidade.	90
7. Patrimônio. Conceito. Componentes. Variações e configurações	92
8. Conceitos Eficiência, eficácia e produtividade	94
9. Técnicas de arquivamento: classificação, organização, arquivos correntes e protocolo.	96
10. Noções de cidadania.	107
11. Noções de uso e conservação de equipamentos de escritório.	109
12. Compras na Administração Pública. Princípios básicos da licitação. Licitações e contratos conforme Lei 14.133/21	110
13. Conceito de segurança do trabalho: EPIs e EPCs	150
14. Ética no trabalho.	154
15. Ética na Administração Pública	156

a) Texto: é a manifestação da linguagem. O texto⁴ é uma unidade global de comunicação que expressa uma ideia ou trata de um assunto determinado, tendo como referência a situação comunicativa concreta em que foi produzido, ou seja, o contexto. São enunciados constituídos de diferentes formas de linguagem (verbal, vocal, visual) cujo objetivo é comunicar. Todo texto se constrói numa relação entre essas linguagens, as informações, o autor e seus leitores. Ao pensarmos na linguagem verbal, ele se estrutura no encadeamento de frases que se ligam por mecanismos de coesão (relação entre as palavras e frases) e coerência (relação entre as informações). Essa relação entre as estruturas linguísticas e a organização das ideias geram a construção de diferentes sentidos. O texto constitui-se na verdade em um espaço de interação entre autores e leitores de contextos diversos.⁵ Dizemos que o texto é um todo organizado de sentido construído pela relação de sentido entre palavras e frases interligadas.

b) Contexto: é a unidade maior em que uma menor se insere. Pode ser extra ou intralinguístico. O primeiro refere-se a tudo mais que possa estar relacionado ao ato da comunicação, como época, lugar, hábitos linguísticos, grupo social, cultural ou etário dos falantes aos tempos e lugares de produção e de recepção do texto. Toda fala ou escrita ocorre em situações sociais, históricas e culturais. A consideração desses espaços de circulação do texto leva-nos a descobrir sentidos variados durante a leitura. O segundo se refere às relações estabelecidas entre palavras e ideias dentro do texto. Muitas vezes, o entendimento de uma palavra ou ideia só ocorre se considerarmos sua posição dentro da frase e do parágrafo e a relação que ela estabelece com as palavras e com as informações que a precedem ou a sucedem. Vamos a dois exemplos para entendermos esses dois contextos, muito necessários à interpretação de um texto.

Observemos o primeiro texto



<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/01/o-mundo-visto-bpor-mafaldab.html>

Na tirinha anterior, a personagem Mafalda afirma ao Felipe que há um doente na casa dela. Quando pensamos na palavra doente, já pensamos em um ser vivo com alguma enfermidade. Entretanto, ao adentrar o quarto, o leitor se depara com o globo terrestre deitado sobre a cama. A interpretação desse texto, constituído de linguagem verbal e visual, ocorre pela relação que estabelecemos entre o texto e o contexto extralinguístico. Se pensarmos nas possíveis doenças do mundo, há diversas possibilidades de sentido de acordo com o contexto relacionado, dentre as quais listamos: problemas ambientais, corrupção, problemas ditatoriais (relacionados ao contexto de produção das tiras da Mafalda), entre outros.

Observemos agora um exemplo de intralinguístico



<https://www.imagemwhats.com.br/tirinhas-do-calvin-e-haroldo-para-compartilhar-143/>

Nessa tirinha anterior, podemos observar que, no segundo quadrinho, a frase “eu acho que você vai” só pode ser compreendida se levarmos em consideração o contexto intralinguístico. Ao considerarmos o primeiro quadrinho, conseguimos entender a mensagem completa do verbo “ir”, já que obtemos a informação que ele não vai ou vai à escola

c) Intertexto/Intertextualidade: ocorre quando percebemos a presença de marcas de outro(s) texto(s) dentro daquele que estamos lendo. Observemos o exemplo a seguir

⁴ <https://www.enemvirtual.com.br/o-que-e-texto-e-contexto/>
⁵ PLATÃO, Fiorin, Lições sobre o texto. Ática 2011.



<https://priscilapantaleao.wordpress.com/2013/06/26/tipos-de-inter-textualidade/>

Na capa do gibi anterior, vemos a Magali na atuação em uma peça de teatro. Ao pronunciar a frase “comer ou não comer”, pela estrutura da frase e pelos elementos visuais que remetem ao teatro e pelas roupas, percebemos marca do texto de Shakespeare, cuja frase seria “ser ou não”. Esse é um bom exemplo de intertexto.

Conhecimentos necessários à interpretação de texto⁶

Na leitura de um texto são mobilizados muitos conhecimentos para uma ampla compreensão. São eles:

Conhecimento enciclopédico: conhecimento de mundo; conhecimento prévio que o leitor possui a partir das vivências e leituras realizadas ao longo de suas trajetórias. Esses conhecimentos são essenciais à interpretação da variedade de sentidos possíveis em um texto.

O conceito de conhecimento Prévio⁷ refere-se a uma informação guardada em nossa mente e que pode ser acionada quando for preciso. Em nosso cérebro, as informações não possuem locais exatos onde serão armazenadas, como gavetas. As memórias são complexas e as informações podem ser recuperadas ou reconstruídas com menor ou maior facilidade. Nossos conhecimentos não são estáticos, pois o cérebro está captando novas informações a cada momento, assim como há informações que se perdem. Um conhecimento muito utilizado será sempre recuperado mais facilmente, assim como um pouco usado precisará de um grande esforço para ser recuperado. Existem alguns tipos de conhecimento prévio: o intuitivo, o científico, o linguístico, o enciclopédico, o procedimental, entre outros. No decorrer de uma leitura, por exemplo, o conhecimento prévio é criado e utilizado. Por exemplo, um livro científico que explica um conceito e depois fala sobre a utilização desse conceito. É preciso ter o conhecimento prévio sobre o conceito para se aprofundar no tema, ou seja, é algo gradativo. Em leitura, o conhecimento prévio são informações que a pessoa que está lendo necessita possuir para ler o texto e compreendê-lo sem grandes dificuldades. Isso é muito importante para a criação de inferências,

⁶ KOCH, Ingedore V. e ELIAS, Vanda M. *Ler e Compreender os Sentidos do Texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

⁷ <https://bit.ly/2P415JM>.

ou seja, a construção de informações que não são apresentadas no texto de forma explícita e para a pessoa que lê conectar partes do texto construindo sua coerência.

Conhecimento linguístico: conhecimento da linguagem; Capacidade de decodificar o código linguístico utilizado; Saber acerca do funcionamento do sistema linguístico utilizado (verbal, visual, vocal).

Conhecimento genérico: saber relacionado ao gênero textual utilizado. Para compreender um texto é importante conhecer a estrutura e funcionamento do gênero em que ele foi escrito, especialmente a função social em que esse gênero é usualmente empregado.

Conhecimento interacional: relacionado à situação de produção e circulação do texto. Muitas vezes, para entender os sentidos presente no texto, é importante nos atentarmos para os diversos participantes da interação social (autor, leitor, texto e contexto de produção).

Diferentes Fases de Leitura⁸

Um texto se constitui de diferentes camadas. Há as mais superficiais, relacionadas à organização das estruturas linguísticas, e as mais profundas, relacionadas à organização das informações e das ideias contidas no texto. Além disso, existem aqueles sentidos que não estão imediatamente acessíveis ao leitor, mas requerem uma ativação de outros saberes ou relações com outros textos.

Para um entendimento amplo e profundo do texto é necessário passar por todas essas camadas. Por esse motivo, dizemos que há diferentes fases da leitura de um texto.

Leitura de reconhecimento ou pré-leitura: classificada como leitura prévia ou de contato. É a primeira fase de leitura de um texto, na qual você faz um reconhecimento do “território” do texto. Nesse momento **identificamos** os elementos que compõem o enunciado. Observamos o título, subtítulos, ilustrações, gráficos. É nessa fase que entramos em contato pela primeira vez com o assunto, com as opiniões e com as informações discutidas no texto.

Leitura seletiva: leitura com vistas a **localizar** e **selecionar** informações específicas. Geralmente utilizamos essa fase na busca de alguma informação requerida em alguma questão de prova. A leitura seletiva seleciona os períodos e parágrafos que possivelmente contém uma determinada informação procurada.

Leitura crítica ou reflexiva: leitura com vistas a **analisar** informações. Análise e reflexão das intenções do autor no texto. Muito utilizada para responder àquelas questões que requerem a identificação de algum ponto de vista do autor. Analisamos, comparamos e julgamos as informações discutidas no texto.

Leitura interpretativa: leitura mais completa, um aprofundamento nas ideias discutidas no texto. **Relacionamos** as informações presentes no texto com diferentes contextos e com problemáticas em geral. Nessa fase há um **posicionamento do leitor** quanto ao que foi lido e **criam-se opiniões** que concordam ou se contrapõem

Os sentidos no texto

Interpretar é lidar com diferentes sentidos construídos dentro do texto. Alguns desses sentidos são mais literais enquanto outros são mais figurados, e exigem um esforço maior de compreensão por parte do leitor. Outros são mais imediatos e outros estão mais escondidos e precisam se localizados.

⁸ CAVALCANTE FILHO, U. *ESTRATÉGIAS DE LEITURA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS NA UNIVERSIDADE: DA DECODIFICAÇÃO À LEITURA CRÍTICA*. In: *ANAIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA*

Como se viu, o discurso acadêmico é produzido dentro de uma esfera de comunicação relativamente definida chamada de comunidade científica. Em geral, no ensino superior, vão se encontrar modelos de discurso acadêmico que já se tornaram consagrados para essa comunidade. Na subseção que segue se mostrará especificamente alguns deles.

O primeiro modelo, monografia de análise teórica, evidencia uma organização de ideias advindas de bibliografias selecionadas sobre um determinado assunto. Nesse tipo, pode-se fazer uma análise crítica ou comparativa de uma teoria ou modelo já consagrado pela comunidade científica. O modelo metodológico indicado pelos autores é: escolha do assunto/ delimitação do tema; bibliografia pertinente ao tema; levantamento de dados específicos da área sob estudo; fundamentação teórica; metodologia e modelos aplicáveis; análise e interpretação das informações; conclusões e resultados.

No segundo modelo, monografia de análise teórico-empírica, faz-se uma análise interpretativa de dados primários, com apoio de fontes secundárias, passando-se para o teste de hipóteses, modelos ou teorias. A partir dos dados primários e secundários, o autor/pesquisador mostrará um trabalho inovador. Quanto ao modelo metodológico, tem-se: realidade observável; pergunta problema e objetivo proposto; bibliografia e dados secundários; teoria pertinente ao tema (conceitos, técnicas, constructos) e dados secundários; instrumentos de pesquisa (questionário); pesquisa empírica; análise; conclusões e resultados.

No terceiro modelo, monografia de estudo de caso, o autor/pesquisador faz uma análise específica da relação existente entre um caso e hipóteses, modelos e teorias. O modelo metodológico adotado obedece aos seguintes passos: escolha do assunto/delimitação do tema; bibliografia pertinente ao tema (área específica sob estudo); fundamentação teórica; levantamento de dados da organização sob estudo; caracterização da organização; análise e interpretação das informações; conclusões e resultados.

Observa-se que esses modelos possuem suas particularidades, mas também aspectos que coincidem. Este é o caso da pesquisa bibliográfica, que é imprescindível em qualquer trabalho científico.

Discurso Literário¹⁹

O discurso literário pode não ser apenas ligado aos procedimentos adotados pelo autor, mas também, e talvez mais diretamente do que se pensa, ligado ao contexto sociocultural no qual está inserido, evidenciando-se, nem sempre claramente, uma influência das instituições que o cercam na escolha de determinados procedimentos de linguagem.

A ideia de que o discurso literário constrói-se a partir de elementos intrínsecos ao texto literário tomou corpo com os estudos realizados no início do século XX. Foram os formalistas russos que demonstraram uma preocupação com a materialidade do texto literário, recusando, num primeiro momento, explicações de base extraliterária. Neste sentido, o que importava para os integrantes do movimento era o procedimento, ou seja, o princípio da organização da obra como produto estético. Assim, a preocupação dos formalistas era investigar e explicar o que faz de uma determinada obra uma obra literária, nas palavras de Jakobson: “a poesia é linguagem em sua função estética. Deste modo, o objeto do estudo literário não é a literatura, mas a literariedade, isto é, aquilo que torna determinada obra uma obra literária”. A questão da literariedade como processo ou procedimento de elaboração está centrado nas estruturas que diferenciam o texto literário de outros textos.

A literariedade é conceituada não só pela linguagem diferenciada que gera o estranhamento, mas também histórica e culturalmente. Uma obra literária não pode ser apenas uma construção bem elaborada, mas deve também retratar o homem de sua época ou época anterior, com todas as suas angústias, desejos e forma de pensar. Tornando-se, assim, não apenas um material para ser estudado linguisticamente, mas também e, principalmente, uma obra viva em que toda vez que se relê encontra-se algo novo e representativo do ser humano.

FIGURAS DE LINGUAGEM

As figuras de linguagem são recursos especiais usados por quem fala ou escreve, para dar à expressão mais força, intensidade e beleza.

São três tipos:

Figuras de Palavras (tropos);

Figuras de Construção (de sintaxe);

Figuras de Pensamento.

Figuras de Palavra

É a substituição de uma palavra por outra, isto é, no emprego figurado, simbólico, seja por uma relação muito próxima (contiguidade), seja por uma associação, uma comparação, uma similaridade. São as seguintes as figuras de palavras:

Metáfora: consiste em utilizar uma palavra ou uma expressão em lugar de outra, sem que haja uma relação real, mas em virtude da circunstância de que o nosso espírito as associa e depreende entre elas certas semelhanças. Observe o exemplo:

“Meu pensamento é um rio subterrâneo.” (Fernando Pessoa)

Nesse caso, a metáfora é possível na medida em que o poeta estabelece relações de semelhança entre um rio subterrâneo e seu pensamento.

Comparação: é a comparação entre dois elementos comuns; semelhantes. Normalmente se emprega uma conjunção comparativa: *como, tal qual, assim como*.

“Sejamos simples e calmos

Como os regatos e as árvores”

Fernando Pessoa

Metonímia: consiste em empregar um termo no lugar de outro, havendo entre ambos estreita afinidade ou relação de sentido. Observe os exemplos abaixo:

-*autor ou criador pela obra*. Exemplo: Gosto de ler **Machado de Assis**. (Gosto de ler a obra literária de Machado de Assis.)

-*efeito pela causa e vice-versa*. Exemplo: Vivo do meu **trabalho**. (o trabalho é causa e está no lugar do efeito ou resultado).

- *contínente pelo conteúdo*. Exemplo: Ela comeu uma **caixa** de bombons. (a palavra caixa, que designa o continente ou aquilo que contém, está sendo usada no lugar da palavra *bombons*).

-*abstrato pelo concreto e vice-versa*. Exemplos: A **gravidez** deve ser tranquila. (o abstrato gravidez está no lugar do concreto, ou seja, mulheres grávidas).

19 http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/LinguaPortuguesa/artigo12.pdf

- instrumento pela pessoa que o utiliza. Exemplo: Os **microfones** foram atrás dos jogadores. (Os repórteres foram atrás dos jogadores.)

- lugar pelo produto. Exemplo: Fumei um saboroso **havana**. (Fumei um saboroso charuto.)

- símbolo ou sinal pela coisa significada. Exemplo: Não te afastes da **cruz**. (Não te afastes da religião.)

- a parte pelo todo. Exemplo: Não há **teto** para os desabrigados. (a parte teto está no lugar do todo, “o lar”).

- indivíduo pela classe ou espécie. Exemplo: O **homem** foi à Lua. (Alguns astronautas foram à Lua.)

- singular pelo plural. Exemplo: A **mulher** foi chamada para ir às ruas. (Todas as mulheres foram chamadas, não apenas uma)

- gênero ou a qualidade pela espécie. Exemplo: Os **mortais** sofrem nesse mundo. (Os homens sofrem nesse mundo.)

- matéria pelo objeto. Exemplo: Ela não tem um **níquel**. (a matéria níquel é usada no lugar da coisa fabricada, que é “moeda”).

Atenção: Os últimos 5 exemplos podem receber também o nome de **Sinédoque**.

Perífrase: substituição de um nome por uma expressão para facilitar a identificação. Exemplo: A Cidade Maravilhosa (= Rio de Janeiro) continua atraindo visitantes do mundo todo.

Obs.: quando a perífrase indica uma pessoa, recebe o nome de **antonímia**.

Exemplos:

O Divino Mestre (= Jesus Cristo) passou a vida praticando o bem.

O Poeta da Vila (= Noel Rosa) compôs lindas canções.

Sinestesia: Consiste em mesclar, numa mesma expressão, as sensações percebidas por diferentes órgãos do sentido. Exemplo: No silêncio negro do seu quarto, aguardava os acontecimentos. (silêncio = auditivo; negro = visual)

Catacrese: A catacrese costuma ocorrer quando, por falta de um termo específico para designar um conceito, toma-se outro “emprestado”. Passamos a empregar algumas palavras fora de seu sentido original. Exemplos: “asa da xícara”, “maçã do rosto”, “braço da cadeira”.

Figuras de Construção

Ocorrem quando desejamos atribuir maior expressividade ao significado. Assim, a lógica da frase é substituída pela maior expressividade que se dá ao sentido. São as mais importantes figuras de construção:

Elipse: consiste na omissão de um termo da frase, o qual, no entanto, pode ser facilmente identificado. Exemplo: No fim da comemoração, sobre as mesas, copos e garrafas vazias. (Omissão do verbo haver: No fim da festa comemoração, sobre as mesas, copos e garrafas vazias).

Pleonasmos: consiste no emprego de palavras redundantes para reforçar uma ideia. Exemplo: Ele *vive* uma *vida* feliz.

Deve-se evitar os pleonasmos viciosos, que não têm valor de reforço, sendo antes fruto do desconhecimento do sentido das palavras, como por exemplo, as construções “subir para cima”, “entrar para dentro”, etc.

Polissíndeto: repetição enfática do conectivo, geralmente o “e”. Exemplo: Felizes, eles riam, e cantavam, e pulavam, e dançavam.

Inversão ou Hipérbato: alterar a ordem normal dos termos ou orações com o fim de lhes dar destaque:

“Justo ela diz que é, mas eu não acho não.” (Carlos Drummond de Andrade)

“Por que brigavam no meu interior esses entes de sonho não sei.” (Graciliano Ramos)

Observação: o termo deseja realçar é colocado, em geral, no início da frase.

Anacoluto: quebra da estrutura sintática da oração. O tipo mais comum é aquele em que um termo parece que vai ser o sujeito da oração, mas a construção se modifica e ele acaba sem função sintática. Essa figura é usada geralmente para pôr em relevo a ideia que consideramos mais importante, destacando-a do resto. Exemplo:

O **Alexandre**, as coisas não lhe estão indo muito bem.

A **velha hipocrisia**, recordo-me dela com vergonha. (Camilo Castelo Branco)

Silepse: concordância de gênero, número ou pessoa é feita com ideias ou termos subentendidos na frase e não claramente expressos. A silepse pode ser:

- **de gênero**. Exemplo: Vossa Majestade parece *desanimado*. (o adjetivo desanimado concorda não com o pronome de tratamento Vossa Majestade, de forma feminina, mas com a pessoa a quem esse pronome se refere – pessoa do sexo masculino).

- **de número**. Exemplo: O pessoal ficou apavorado e *sairam* correndo. (o verbo sair concordou com a ideia de plural que a palavra pessoal sugere).

- **de pessoa**. Exemplo: Os brasileiros *amamos* futebol. (o sujeito os brasileiros levaria o verbo na 3ª pessoa do plural, mas a concordância foi feita com a 1ª pessoa do plural, indicando que a pessoa que fala está incluída em os brasileiros).

Onomatopeia: Ocorre quando se tentam reproduzir na forma de palavras os sons da realidade.

Exemplos: Os sinos faziam blem, blem, blem, blem.

Miau, miau. (Som emitido pelo gato)

Tic-tac, tic-tac fazia o relógio da sala de jantar.

As onomatopeias, como no exemplo abaixo, podem resultar da **Aliteração** (repetição de fonemas nas palavras de uma frase ou de um verso).

“Vozes veladas, veludas vozes,
volúpias dos violões, vozes veladas,
vagam nos velhos vórtices velozes
dos ventos, vivas, vãs, vulcanizadas.”
(Cruz e Sousa)

Repetição: repetir palavras ou orações para enfatizar a afirmação ou sugerir insistência, progressão:

“E o ronco das águas crescia, crescia, vinha pra dentro da casa.” (Bernardo Élis)

“O mar foi ficando escuro, escuro, até que a última lâmpada se apagou.” (Inácio de Loyola Brandão)

uma ação de execução, sendo desnecessário o ajuizamento de uma ação de conhecimento para rediscutir a matéria que já foi objeto de decisão da corte de contas.

Pelo fato das decisões definitivas dos tribunais de contas que imputam débito ou aplicam multa terem, por si só, força de título executivo, sua execução independe da inscrição em dívida ativa. Entretanto, os entes federados têm o costume de inscrever todos os seus créditos passíveis de execução em dívida ativa, o que ocorre por dois motivos. Em primeiro lugar, por que a inscrição dá possibilidade para que a execução siga o rito estabelecido na Lei 6.830/1980, Lei das Execuções Fiscais, trazendo uma série de vantagens para o exequente. Em segundo lugar, a inscrição acaba por submeter o crédito a um controle mais amplo, na medida em que ele fica registrado em sistemas informatizados criados para a administração, controle de prazos e cobrança dos valores inscritos.

— Controle Administrativo¹⁷

O Controle da Administração pode ser interno ou externo, administrativo, legislativo e judiciário, conforme seja realizado ou não pela própria Administração ou pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O Controle Administrativo é aquele realizado pela própria Administração Pública. Esse controle decorre do princípio da autotutela, ou seja, do poder que possui a Administração de anular os atos ilegais e de revogar os atos inconvenientes ou inoportunos ao interesse público. É denominado como o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública (em sentido amplo) exerce sobre sua própria atuação, sob os aspectos de legalidade e mérito, por iniciativa própria ou mediante provocação.

É o controle exercido pelos órgãos com função administrativa sobre seus próprios atos, no desempenho da autotutela. Portanto, cabe ao Poder Executivo o amplo controle sobre suas próprias funções administrativas, extroversas e introversas, e aos demais Poderes do Estado, bem como aos órgãos constitucionalmente independentes, exercer o autocontrole no que toca às suas respectivas funções administrativas.

Em relação ao objetivo, esta modalidade de controle visa, genericamente, à juridicidade da ação administrativa pública, destacadamente quanto à sua legitimidade e legalidade.

Abrange os órgãos da Administração Direta ou centralizada e as pessoas jurídicas que integram a Administração Indireta ou descentralizada.

A Súmula n. 473 do STF prevê:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Esse controle pode ser iniciado de ofício pela Administração (independentemente de provocação do particular) ou mediante requerimento do interessado.

Existem instrumentos utilizados pelos particulares para provocar o controle administrativo, entre eles estão:

– Representação (denúncia de ilegalidade ou abuso de poder perante a Administração);

¹⁷ Almeida, Fabrício Bolzan D. Manual de direito administrativo. Disponível em: Minha Biblioteca, (5th edição). Editora Saraiva, 2022.

- Reclamação administrativa (manifestação de discordância em razão de atuação administrativa que atingiu direito do particular);
- Recurso hierárquico próprio e impróprio;
- Pedido de revisão; e
- Pedido de reconsideração (quanto aos três últimos instrumentos, vide a seguir no Capítulo “Processo Administrativo”).

Meios de Controle

O controle administrativo pode ser hierárquico ou não hierárquico.

O **Controle Hierárquico** entre os órgãos da administração direta que sejam escalonados verticalmente, em cada Poder, e existe controle hierárquico entre os órgãos de cada entidade da administração indireta que sejam escalonados verticalmente, no âmbito interno da própria entidade.

Controle Ministerial

De outra parte, existe controle administrativo não hierárquico. Também chamado de controle finalístico, de supervisão ministerial, de tutela administrativa, é o controle exercido pela administração direta aos atos praticados pela administração indireta. É um controle interno exercido sem que haja subordinação.

O Controle ministerial é o exercido pelos Ministérios sobre os órgãos de sua estrutura administrativa e também sobre as pessoas da Administração Indireta federal.

O **Direito de Petição**, a doutrina em geral menciona diversos meios ou instrumentos passíveis de ser utilizados pelo administrado para provocar o controle administrativo, todos eles espécie do abrangente direito fundamental previsto no art. 5.º, XXXIV, a, da Constituição Federal, conhecido como “direito de petição”.

Revisão Recursal

Como instrumento de controle administrativo, a revisão recursal significa a possibilidade de eventuais interessados se insurgirem formalmente contra certos atos da Administração, lesivos ou não a direito próprio, mas sempre alvitando a reforma de determinada conduta.

Esse meio de controle é processado através dos recursos administrativos, matéria que, marcada por muitas singularidades, será estudada em separado a seguir.

Controle Social

As normas jurídicas, tanto constitucionais como legais, têm contemplado a possibilidade de ser exercido controle do Poder Público, em qualquer de suas funções, por segmentos oriundos da sociedade. É o que se configura como controle social, assim denominado justamente por ser uma forma de controle exógeno do Poder Público nascido das diversas demandas dos grupos sociais.

Objetivos

São três os objetivos do controle administrativo:

1 – O primeiro deles é o de confirmação, pelo qual atos e comportamentos administrativos são dados pela Administração como legítimos ou adequados. Exemplo: o ato de confirmação de atuação fiscal, quando o atuado alega ilegalidade do ato.

2 – O segundo é o de correção, em que a Administração, considerando ilegal ou inconveniente a conduta ou o ato, providencia a sua retirada do mundo jurídico e procede à nova

conduta, agora compatível com a legalidade ou com a conveniência administrativas. Se o Poder Público, para exemplificar, revoga autorização de estacionamento, está corrigindo o ato anterior quanto às novas condições de conveniência para a Administração.

3 – Objetivo de alteração, através do qual a Administração ratifica uma parte e substitui outra em relação ao que foi produzido por órgãos e agentes administrativos. Exemplo: portaria que altera local de atendimento de serviço público, mas mantém o mesmo horário anterior.

LEI ORGÂNICA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA.

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Município de Vitória da Conquista é unidade integrante da República Federativa do Brasil, dotada de autonomia política, administrativa e financeira e reger-se-á pela presente Lei Orgânica e demais leis que adotar, observando o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil e na Constituição do Estado da Bahia.

Art. 2º São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º São símbolos do Município a bandeira, o hino e o brasão, representativos de sua cultura e história.

§ 2º O brasão será usado em veículos, máquinas, placas de anúncios de obras, papéis para correspondências e impressos em geral, de interesse da administração municipal, ficando proibido o uso de qualquer outro símbolo, ressalvada a hipótese do art. 9º, VI.

Art. 3º Constituem bens do Município:

- I - móveis;
- II - imóveis;
- III - direitos e ações que, a qualquer título, lhe pertençam.

SEÇÃO II DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

Art. 4º A sede do Município é a cidade de Vitória da Conquista.

Art. 5º O território do Município é dividido em distritos e sub-distritos, para fins administrativos, e suas circunscrições urbanas são classificadas em cidade (sua sede), vilas e povoados, segundo critérios que forem estabelecidos em lei, respeitadas situações pré-existentes.

Parágrafo Único - A criação, organização e supressão de distritos dar-se-ão por lei complementar municipal, observada a legislação estadual, preservando a continuidade e a unidade histórico-cultural da circunscrição urbana, mediante consulta prévia às populações interessadas.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 6º Compete ao Município elaborar e promulgar sua Lei Orgânica e legislar sobre assunto de interesse local, especialmente:

- I - tributos de sua competência;
- II - regime jurídico de seus servidores, plano de cargos e vencimentos e contratação temporária de pessoal, sob regime de direito administrativo;
- III - Plano Diretor Urbano;
- IV - administração, utilização e alienação de seus bens;
- V - suplementação da legislação federal e estadual para adequá-la às peculiaridades e interesses locais, no âmbito de sua competência;
- VI - criação, organização e supressão de distritos, observando o disposto nesta Lei Orgânica e na legislação estadual pertinente;
- VII - seus serviços públicos.

Art. 7º Compete ainda ao Município:

- I - arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas e receitas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balanços nos prazos determinados em lei;
- II - instituir a Guarda Administrativa, destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;
- III - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, vedada toda e qualquer forma de monopólio, entre outros de sua competência, os seguintes serviços:
 - a) transporte coletivo urbano, suburbano e rural, no
 - b) âmbito de seu território;
 - c) abastecimento, tratamento e distribuição de água;
 - d) criação, ampliação e tratamento de esgotos sanitários e
 - e) efluentes líquidos;
 - f) mercados, feiras, frigoríficos e abatedouros públicos;
 - g) cemitérios e serviços funerários;
 - h) iluminação pública;
 - i) limpeza pública, coleta domiciliar e destinação final do lixo.
- IV - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, ou de forma autônoma, programas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial; MÉDIO; EDUCAÇÃO BÁSICA;
- V - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VI - promover a cultura e o lazer;
- VII - realizar serviços de assistência social diretamente ou por meio de instituições privadas, conforme princípios e critérios fixados em lei municipal;
- VIII - realizar programas de apoio às práticas desportivas;
- IX - promover atividades de defesa civil, inclusive a de combate a incêndio e prevenção de acidentes naturais em coordenação com a União e o Estado;
- X - garantir o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano;
- XI - executar obras de:
 - a) abertura, pavimentação e conservação de vias;
 - b) drenagem pluvial;
 - c) construção e conservação de estradas, parques, jardins e hortos florestais;

em relação à sexualidade, muitas dificuldades têm permanecido no exercício diário desta prática educacional. Como sexo é um assunto intensamente repleto de repressões em nossa sociedade ocidental, muitos educadores não manifestam interesse sobre o tema, deixando de buscar formação adequada para o trabalho de Orientação Sexual com a juventude.

Além dos profissionais diretamente em contato com os jovens, há uma grande parcela de educadores que são dirigentes de estabelecimentos educacionais e, reproduzem as mesmas repressões sociais em relação à sexualidade, não contribuindo positivamente para a execução de bons programas de Orientação Sexual, uma vez que não acreditam que este tema seja importante para a comunidade estudantil ou acreditam que falar sobre sexualidade com jovens estudantes pode induzi-los à prática precoce de relações sexuais.

A Orientação Sexual na escola ainda tem um extenso caminho a ser trilhado para que a sexualidade, presente na vida de todas as pessoas, possa ser tratada (e aprendida) pelos profissionais da educação e seus respectivos educandos sem os massacrantes e silenciadores tabus e com respeito e propriedade, para inibir práticas inadequadas e produzir práticas saudáveis do exercício da sexualidade.

O Educador/Orientador Sexual

Retomando a discussão sobre a definição dos termos “educação sexual” e “orientação sexual” presente no item “Orientação Sexual X Educação Sexual” deste trabalho, encontramos com maior frequência na literatura especializada o termo “educador sexual” referindo-se àquele profissional que exerce a prática educacional de Orientação Sexual, enquanto prática institucionalizada e sistematizada. Desta forma, neste momento, utilizaremos o termo “educador sexual” para fazermos referência a este profissional especializado e não aos membros da família e demais relações interpessoais dos jovens, que contribuem para a sua educação em um sentido mais amplo, conforme Vitiello.

Segundo Canosa Gonçalves, o desenvolvimento psicosssexual é um processo único e pessoal, que sofre transformações ao longo do processo por diversos aspectos do comportamento sexual humano sendo eles: constituição biológica do indivíduo (hereditariedade, níveis hormonais), relações familiares, padrão econômico, características culturais, adoção da fé, entre outros.

Portanto, o educador sexual, ao realizar sua prática, está inserido neste complexo contexto do comportamento humano e deve intervir nesta realidade. Os jovens com os quais o educador sexual trabalhará trazem em suas histórias de vida diversas realidades, variadas construções biopsicossociais em um mesmo grupo de jovens orientandos. Cabe ao educador sexual ter capacidade para perceber tais diferenças e pautar suas ações de maneira a privilegiar a diversidade, num contexto de respeito às escolhas pessoais de cada jovem. Ao educador sexual é requerida abertura intelectual, moral e afetiva para tornar possível a realização da Orientação Sexual com jovens tão diversos.

A Orientação Sexual deve ser uma prática ofertada a todos os jovens, mas não uma prática arbitrária e unidimensional, que reproduz os preconceitos repressivos de nossa sociedade. Assim, o educador sexual deve ser flexível em relação às diversas orientações afetivo-sexuais, às religiosidades, enfim, diversas concepções construídas sobre sexualidade na história pessoal de cada jovem. Orientação Sexual “se destina à pessoa humana, com a prerrogativa de igualdade entre os seres humanos, em primeiro lugar”.

O educador sexual deve apresentar adequação sexual, isto é, reconhecer-se enquanto pessoa sexuada, com suas preferências e limites, e não influenciar as decisões dos jovens a partir destas preferências. Diferenciar-se pessoalmente de quem orienta é imprescindível para que o educador sexual possa propiciar condições para reflexão ao jovem para que este possa realizar suas próprias escolhas. **Segundo Canosa Gonçalves um bom educador sexual é “aquele que convive com os jovens no dia-a-dia, que os conhece e é reconhecido por eles, e que tem em sua prática profissional os pressupostos da educação”.**

Desafiante para o trabalho do educador sexual com jovens é utilizar métodos e técnicas que prendam a atenção deste público, que provoquem reflexão e que sejam capazes de fazer com que o jovem se comprometa consigo próprio e com suas parcerias.

É imprescindível que o educador sexual possua conhecimentos científicos adequados sobre desenvolvimento humano, constituição dos órgãos sexuais, saúde reprodutiva, métodos de prevenção às IST's e/ou contraceptivos, relacionamentos interpessoais e relações de gênero. Não é necessário que o profissional detenha estes conhecimentos em nível de especialista em sexualidade humana, mas deve continuar a buscar atualizar tais saberes, afim de oferecer uma prática de qualidade em relação à Orientação Sexual.

Nesta realidade, o desafio proposto ao orientador sexual é que, através de seu trabalho, possa propiciar condições para que os jovens reflitam a respeito de suas sexualidades e possam exercê-las de maneira saudável. Segundo Vitiello educar é dar ao educando condições e meios para que cresça interiormente.

Mas afinal o que é diversidade sexual de gênero no ambiente escolar?

Gênero e Sexualidade: Diálogos e Conflitos

Marcas epistemológicas

O modo de compreender a diferença evoluiu no sentido de pensa-la junto com o seu duplo, seu contrário, seu avesso, ou seja, ela é sempre relacional e dificilmente bipolarizada. Esse modo de compreensão aguça a sensibilidade humana e sua condição de experimentar, de se (auto) inventar.

A relevância do debate crítico ancorado no domínio discursivo da heterossexualidade que, pretensiosamente hegemônica e unificada em um modo de ser, desconsidera outras formas que não atendem às suas práticas discursivas. Pensamos que essa situação se reflete diretamente nas práticas curriculares, prejudicando o entendimento de diversas relações sociais e culturais presentes na escola, e mais amplamente, na sociedade. Estamos entendendo como currículos as ações escolares, culturais e tecnológicas (arquitetura, livros didáticos, vestimentas, músicas, conteúdos e dizeres científicos, meios midiáticos e outros) que, significadas na cultura, ensinam e regulam o corpo, produzindo subjetividades e arquitetando formas e configurações de viver na sociedade.

Os equívocos

Recorda-se que, no Brasil, a homossexualidade deixou de se configurar como doenças nos instrumentos médicos (mais precisamente como desvio mental e transtorno sexual), em fevereiro de 1985. Essa alteração foi fruto de uma intensa campanha, liderada pelo antropólogo Luiz Mott, junto com o Conselho Federal de Medicina (CFM) que, por resolução, retirou a homossexualidade da lista de doença. Sendo importante lembrar que, já em 1973, a *American*

Psychiatric Association, afirmara que a homossexualidade não tinha ligação alguma com qualquer tipo de patologia e propusera a sua retirada do Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-IV). Já a Organização Mundial de Saúde (OMS), somente no dia 17 de maio de 1990, reuniu-se em Assembleia Geral e retirou a homossexualidade de sua lista de doenças mentais, declarando que ela não constituía um distúrbio, uma doença ou perversão. Assim, o que antes tinha sido classificado, estabelecido e difundido como desvio e anormalidade, a partir dessa assembleia, seria considerado normal.

Se aceitarmos a sexualidade assim como a experiência estão condicionadas pela necessidade humana de se construir nas interações sociais, culturais e históricas, aceitaremos também que não há uma única sexualidade. A ausência de liberdade impede o movimento de busca pela completude, na qual a sexualidade, como dimensão da humanidade, se constitui.

Existe um nexos entre a sexualidade, a vida e a curiosidade pelo saber. Esse movimento infinito em busca de completude e em busca de conhecimento é fator que constitui o ser humano e seu desejo de liberdade.

No entanto, ainda que pareça contraditório, não confiamos no desejo como princípio, condição e direito de liberdade. Não cremos, em absoluto, que haja desejo anterior a um conjunto de normas ou acordos sociais que o faça livre. Nós o pensamos como criado singularmente, mas em redes de relações.

Sem dúvidas, a compreensão da sexualidade poderá contribuir, de modo significativo, para novas possibilidades de construção de conhecimentos e caminhos de busca do saber. Não se trata, portanto, de aprisioná-la nos discursos sobre o ato sexual, mas de aproveitá-la em seu potencial epistemológico. Essa análise é especialmente oportuna e necessária à escola.

A Discussão na Escola

Na escola, as atitudes de hostilidade às identidades sexuais dissidentes são capazes de gerar inúmeras situações de violências homofóbicas. Algumas, que não se encontram na esfera dos números e dados quantitativos, são vivenciadas no silêncio e ocultadas na invisibilidade.

A discriminação afirma o “direito” dos que discriminam e a subalternidade dos que são discriminados. Nesse sentido, ela é observada nos espaços-tempos escolares. As identidades vinculadas às expectativas de gênero e/ou sexo biológico estão no interior das hierarquizações e classificações sociais, tanto quanto nos currículos e, mais amplamente, nas ações e relações do cotidiano escolar.

A sexualidade, infelizmente, é algo temido e capaz de gerar tantos discursos na sociedade, na ciência e na cultura. Sua estreita relação com o conhecimento amedronta os que se nutrem da arrogância, porque fragiliza suas verdades e certezas.

Foucault⁴⁸ nos ajuda a observar que é preciso fortalecer, aprofundar e prosseguir contra a dicotomia e lógica binária, até que as oposições binárias deixem de ter sentido e se consolidem convivências solidárias, em contextos sem discriminações e violências. Como estratégia para fazer difuso o antigo jogo de poder que se instala na relação entre opressor e oprimido, a proposta foucaultiana é a “proliferação” de saberes sobre os seres humanos e as relações e de poder que os oprimem, de tal modo que o modelo jurídico de poder como opressão e regulação deixe de ser hegemônico. Talvez, desse significado de “proliferação” de saberes, possa-

48 FOUCAULT, M. *História da sexualidade - A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

mos retirar as bases para “proliferar” inúmeras e ilimitadas formas de compreender os seres humanos, sem as violências, já tantas vezes vivenciadas, e com tantas exterminações em massa, como na Segunda Guerra, devido à não aceitação do “outro”, a quem se atribui dessemelhança e desigualdade, potencializando os efeitos destrutivos da xenofobia que, em todas as suas manifestações, incluindo as homofóbicas, conduz e justifica a aversão, o domínio ou a eliminação dos “estranhos”, que ameaçam e incomodam o exercício arbitrário do poder.

Diversidade e Educação: Apontamentos Sobre Sexualidade e Gênero na Escola

Desde as décadas de 1960 e 1970, expressivas mudanças socio-culturais e históricas ocorreram, no que se refere às perspectivas das relações de gênero e sexualidade. Essas mudanças se acentuaram de modo significativo, a partir, não apenas da atuação de movimentos sociais, mas também da emergência da discussão da AIDS nos anos 80.

Novas maneiras de entender e discutir as questões foram sendo consideradas, com desdobramentos na esfera social e política (por meio de Organizações Não Governamentais/ONGs, de movimentos sociais e de políticas públicas) e, na esfera acadêmica, com a efetivação de estudos em vários campos de conhecimento, que têm direcionado seu foco para a sexualidade e as relações de gênero, como fenômenos a serem conhecidos de modo mais fundamentado, expandindo sua discussão para outros aspectos, como os das identidades e seus fundamentos históricos e culturais.

Sexo e sexualidade são frequentemente tomados como sinônimos; todavia, sexo admite uma compreensão referida ao aspecto natural, biológico, da distinção física entre o homem e a mulher. No senso comum, o sentido de sexo remete ao ato sexual. Já a sexualidade refere-se à esfera mais ampla, dos sentimentos, das interações entre as pessoas.

Recorda-se e reafirma-se, portanto, que a sexualidade, como construção social, tem absorvido, historicamente, em seus significados, elementos das relações de gênero, frequentemente submetidas a prescrições de como homens e mulheres devem vivenciá-las. Contudo, apesar da sexualidade estar imbricada, implícita ou explicitamente às relações de gênero, essas não são consideradas sinônimas⁴⁹. A vivência da sexualidade não é determinada por normas padronizadas às quais homens e mulheres devem se adaptar. Esse é um dos princípios que motivam e sustentam significados, mas amplos da sexualidade e promovem a sua problematização, que incorpora aportes como os que são revistos nas relações de gênero.

Problematização das Relações de Gênero: Revisão de Dados Históricos e Conceituais

O entendimento das relações de gênero implica a noção de que, no decorrer da vida, por intermédio das mais díspares instituições e práticas sociais, os sujeitos se constituem como homens e mulheres, em uma ação que não é unidimensional, coerente ou congruente e que também sempre estará inacabada ou incompleta.

Sendo assim, partindo desse pressuposto de incompletude, encontra-se fundamento para realçar a noção de gênero na educação, já que essa disposição teórica expande socialmente a própria ideia de educação, podendo-se entender que educar envolve um conjunto de forças de processos, em cuja dinâmica os sujeitos

49 LOURO, G.L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1998.